

Desde 1999 o Brasil discutia o Projeto de Lei de Crimes Eletrônicos⁴³, e nem os ataques das quadrilhas fizeram o projeto andar, como fez o efeito “Carolina Dickmann”, em que o vazamento de fotos íntimas de uma celebridade trouxeram à tona novamente a importância de se aprovar uma lei como esta. Isso porque a liberdade de um vai até onde não fira o direito de outro.

Mas é bem difícil legislar sobre a matéria, pois é necessário conhecimento técnico. Além disso, o computador não consegue, como testemunha que é, diferenciar uma conduta dolosa (com intenção) de uma culposa (sem intenção), o que faz com que haja possibilidade de criminalizar condutas que em tese seriam de um inocente (ex.: mandar um vírus de computador para outra pessoa sem querer).

Precisamos aprender a usar a tecnologia de forma ética, segura e legal. A liberdade não pode tornar-se uma bandeira para proteção de criminosos. O anonimato, por si só, estimula prática de ilícitos. Há necessidade de que o Estado tenha uma atuação social forte, mas que garanta a livre-iniciativa com o mínimo de intervenção possível.

Concluindo, independentemente do modelo que se adote no futuro para melhor regular a relação entre o Estado e o indivíduo, sabemos que a perda da crença na própria Justiça pode criar uma próxima geração, herdeira da geração Y, que faz justiça com o próprio *mouse*. E aí teremos voltado para o Estado de Natureza, e isso será um grande retrocesso.

A informação tem que construir e não banalizar, deve estimular a evolução da humanidade cada vez mais solidária e comprometida. O excesso do individualismo nos torna mais animais. Como dizia Thomas Hobbes, “*o homem é o lobo do homem*”. Daí a importância do estudo do Direito Digital para melhor interpretar a realidade em que vivemos.

7.7. Conciliação e enfrentamento

A solução amigável dos conflitos não é uma questão de alternativa jurídica no mundo digital; é uma das únicas vias sustentáveis dentro da dinâmica imposta pela velocidade de mudanças tecnológicas. A partir desse raciocínio, consideramos que a solução mais célere e eficiente para resolver questões de Direito Digital é a aplicação da mediação e arbitragem⁴⁴.

43. Ver Lei n. 12.734 (Lei Azeredo) e Lei n. 12.737 (Lei Carolina Dieckman), publicadas em 30 de novembro de 2012.

44. A arbitragem no Brasil é atualmente regulamentada pela Lei n. 13.129, de 26 de maio de 2015, que alterou a Lei n. 9.307, de 23 de setembro de 1996, para ampliar o âmbito de apli-